
Castelos, Torres e Solares acastelados no Distrito de Viana

Relíquias Arqueológicas

Pelo Eng.º GUILHERME FELGUEIRAS

Para bem se ajuizar da importância que o sistema feudal atribuía aos *castelos* e *paços fortificados* na Idade Média, é preciso compenetrarmo-nos dos usos e condições de vida nessa época.

Fortalezas cercadas por altas muralhas e barbacãs, flanqueadas por torreões ou cubelos, geralmente ameaçados e precavidos com todas as condições defensivas para resistir aos precários sistemas de ataque então utilizados. Havia *castelos* dominando em sítios ermos e *castelos* vizinhos de lugares povoados. Em qualquer dos casos, quase sempre erguidos em pontos culminantes com dificuldade de acesso, designadamente os *castelos roqueiros*, assentes sobre cabeços escarpados, ou levantados em locais inacessíveis cheios de barrancos penhascosos. Uma sentinela vigiava a porta de acesso, um sino dava sinal de alarme em caso de assédio e um pendão desfraldado em sítio de destaque, assinalava e distinguia o *nobre* ou *grande senhor* que nele exercia domínio.

Algumas dessas atalhas fortificadas, tornaram-se dignas de reparo pela sua extensão; outras, pela disposição dos adarves, poternas, liças, merlões, vigias, seteiras, balestreiros, mata-cães, bastiães, fossos e pontes levadiças. Aumentava o seu poder bélico a *torre*, chamada de *menagem*, a mais importante em resistência, operosidade e localização. Considerada o *reduto de segurança*, o *último refúgio dos defensores*.

A hegemonia e dignidade suprema do poder real e, acima de tudo, as armas de fogo, pesadas e de grosso calibre que, a partir do séc. XVII passaram a ser poderosos instrumentos de ataque, diminuíram a importância dos *castelos*. Tornaram-se obsoletos em face aos novos processos de luta e leis da guerra. O *castelo-fortaleza*, após o Renascimento, deixa de estar ao serviço da *nobreza* ou do *alto dignitário*, para consagrar-se a mais progressivos fins milicianos. Passa a adaptar-se às exigências dos novos instrumentos ofensivos ou defensivos e às mais evoluídas tácticas guerreiras. A história dos séculos posteriores, relembra o valor que tiveram estas residências fortificadas, reais ou senhoriais.

* * *

Resistindo aos rigores do tempo e à sanha devastadora dos camartelos, avultam ainda no perímetro distrital de Viana, alguns imponentes *castelos*, *torres* e *castelejos*, denegridos pela ferrugem dos séculos. Numa vigília permanente, testemunham, alguns deles, aguerridas e gloriosas façanhas que fizeram surgir e fixar neste ponto do território, a eternidade duma Pátria.

Entre os notáveis monumentos da arquitectura defensiva, civil e militar, contam-se: — o *Paço de Giela*, a *Torre da Lapela*, o *Castelo de*

Lindoso, o Castelo de Melgaço e o Castelo de Castro Laboreiro. Cinco padrões de relevante valor arqueológico e histórico, permanentes recordações de esforçadas cenas de grandeza cívica ou de heroísmo. Nas suas pedras altivas e seculares latejam as raízes da nacionalidade.

Ocupemo-nos, embora de relance, das fortalezas e residências senhoriais torreadas, mais representativas, que embelezam a sorridente paisagem do Alto Minho, salpicando os povoados, outeiros e encostas, com as suas estruturas soberbas:

Restritamente no concelho de *VIANA DO CASTELO*, excluindo o *Castelo de Santiago* e o *Forte costeiro* abaluartado — que não cabem no espírito deste inventário — conta a cidade «*fresca e viçosa de todas*



as cousas», com várias moradias de ar paceiro, vestígios de épocas de grandeza; entre outras, o *Palacete* armorejado, com torre ao centro guarnecida de ameias, *dos Marqueses de Terena*, tardia persistência de modelos de expressão arcaizada.

Entre os monumentos religiosos, com torres frestadas e ameadas, de excepcional importância na periferia da urbe vianesa — a *Igreja Matriz* e o vetusto *Templo românico*, com pórtico de arquivoltas, que se estadeia na Rua de Sacadura Cabral. Na paróquia de *Cardielos* podem admirar-se as duas antiquíssimas *Torres*; na de *Geraz do Lima*, a *Torre do Paço* e na de *Areosa*, a *Casa da Boa Viagem* (séc. XVIII), que não desobedece à elegância sóbria do padrão tradicional minhoto setecentista, com o corpo da residência mais baixo, servindo de ligação a duas torres opostas, guarnecidas nos topos de pináculos esculpturados em pedra.

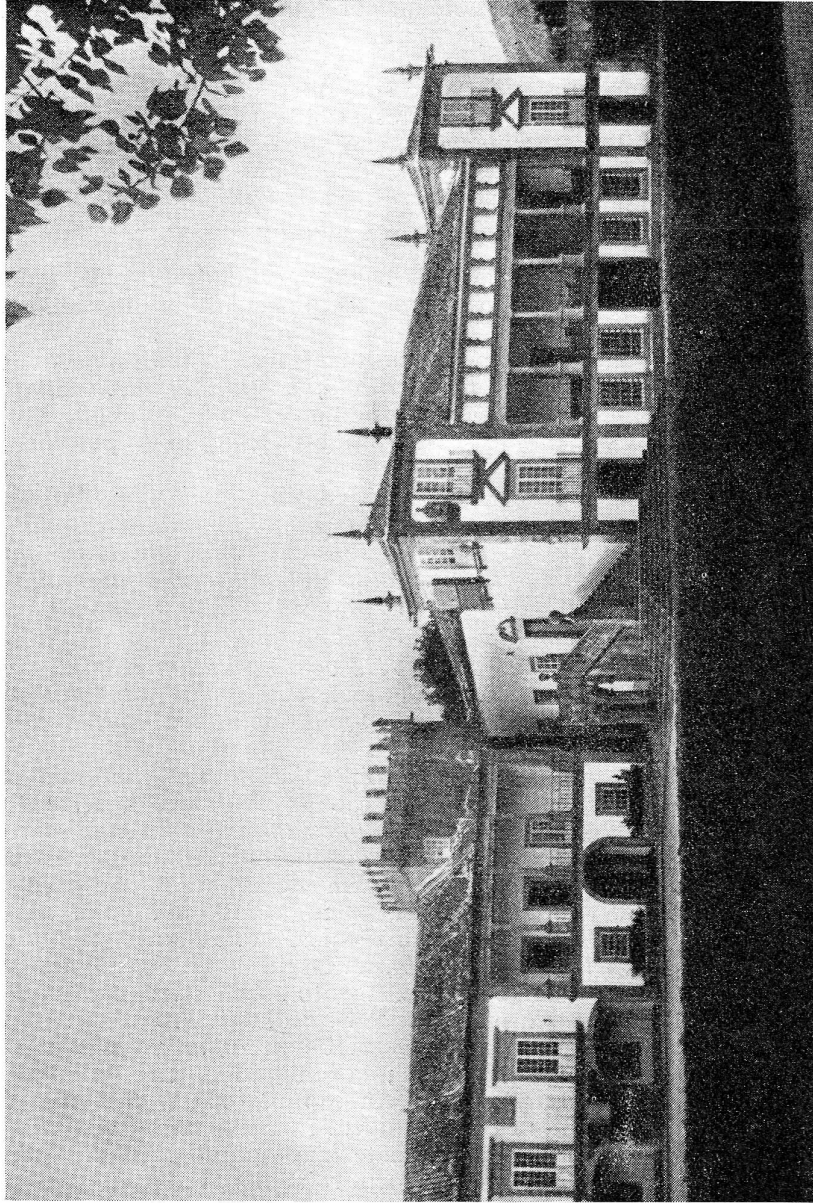
Embora sem impressionante tessitura arquitectónica, constitui curiosidade em *Santa Marta de Portuzelo*, a *Vivenda acastelada* de aspecto senhoril, inspirada em motivos manuelinos e edificada numa época em que as atalaias e baluartes estratégicos já pertenciam à História.

Como elucida o consciencioso investigador Carlos de Azevedo — «(...) *A torre solarenga tornou-se no mais nobre e evidente sinal do senhorio sobre uma terra, mas embora símbolo, continuou a ser aproveitada para habitação, e também durante muito tempo conservou um certo grau de fortificação...*» («*Solares Portugueses*», 1969, pág. 22).

E concretiza o seu depoimento:

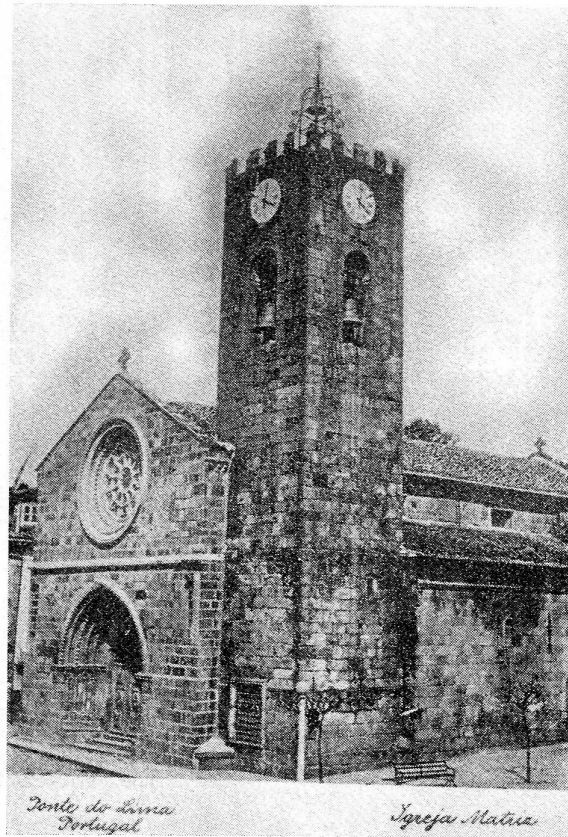
«...*As casas com torre do séc. XVIII continuam um tipo tradicional de residência que remonta à época medieval e que se mantém, como nenhum outro, através dos séculos...*» (Idem, idem, pág. 177).

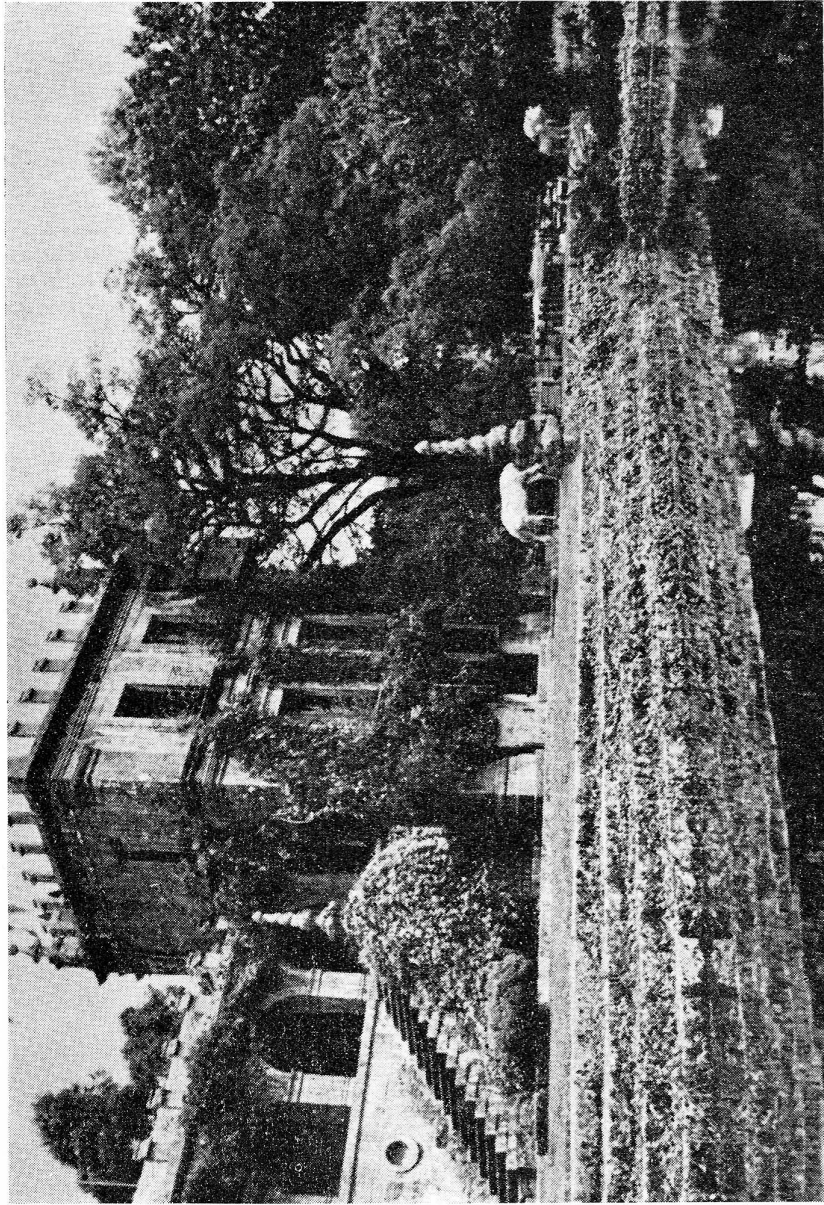
No concelho de *PONTE DO LIMA*, cujas belezas naturais são conhecidas, têm larguíssima representação as construções deste tipo feudal: nos arredores do burgo, em *Refóios do Lima*, ostenta-se com aparato a *Torre de Refóios*, vigia do Paço dos Ancemondez; o torreão denticulado de ameias cortadas e regularmente espaçadas, mantém as seteiras. No entender do erudito arqueólogo Luís de Figueiredo da Guerra, deve ser do último quartel do século XIV. Também de vetusta origem, o pequeno *Castelo de Curutelo*, na freguesia de *Freixo*, residência nobre, conservando a torre como elemento sobranceiro, cercada por uma cintura amuralhada. Na paróquia de *S. Pedro de Arcos*, a *Torre de Amorim*, coutada e antiga. Na freguesia de *Arcozelo* singularizam-se — a *Casa de Pomorchão*, solar barroco, da família Malheiro Reimão e a *Casa da Granja* (séc. XVIII), com um torreão alteroso, guarnecido com ornatos esculturais em forma de pirâmide. Ainda em *Santa Marinha de Arcozelo*, a *Igreja Matriz*, profundamente transfigurada, tendo perdido a ancianidade que lhe imprimia o recorte românico, renovado e refeito desordenadamente, acrescentando-se-lhe um *torreão*, de frouxo gosto construtivo. Na freguesia de *Beiral do Lima*, a *Torre do Paço*, casa afi-



Solar de Bertandos — Ponte de Lima

dalgada quinhentista, modificada no século XVIII. Na paróquia de *Facha*, a *Casa das Torres* (séc. XVIII), de risco barroco, com os torreões implantados nos extremos do corpo residencial, encimados por pináculos de granito. Na freguesia de *Calheiros*, o *Paço de Calheiros*, construção setecentista, iniciada em 1700, com duas amplas torres. Na freguesia de *Bertiandos*, o *Solar de Bertiandos*, constituído por dois edifícios do século XVIII, dos quais irrompe a torre ameada, de estrutura quinhentista, construída em 1566. Na paróquia de *Vitorino das Donas*, a *Torre dos Velhos*, reconstruída sobre os alicerces do vetusto torreão solarengo de D. Nuno Soares Velho, e a *Casa de Torre das Donas* (séc. XVII), brasonada, outrora designada «Torre da Passagem», (com um arco de passagem, semelhante ao de Ucanha, na Beira Alta), formada inicialmente, segundo revela Carlos de Azevedo: — «(...) por dois corpos — em L — ligados a uma torre de três pisos coroada por pináculos com esferas e na qual ainda se podem observar algumas ameias — duas em cada





Paço da Glória — Ponte de Lima

face — como sobrevivência da arquitectura militar medieval...» (obra citada, pág. 177).

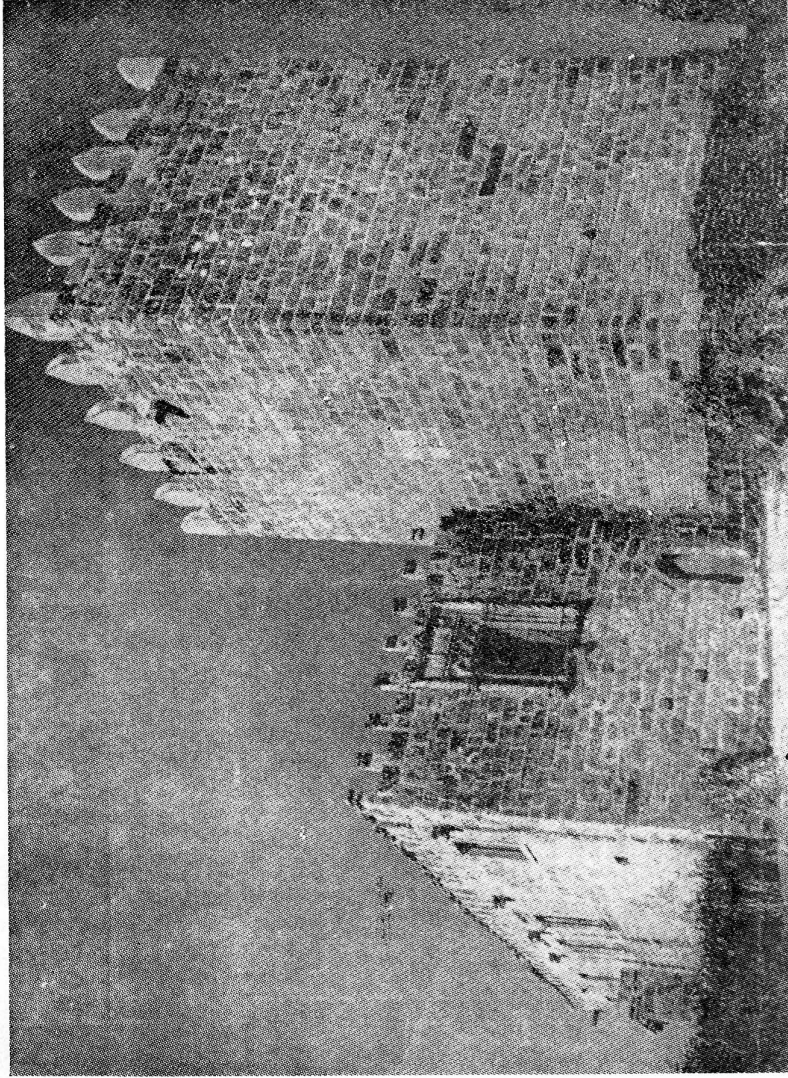
Muito próximo de *Vitorino das Donas*, fica o castro, sobre o qual foi alicerçado, na Idade Média, o *Castelo de Santo Estêvão* (ou de *Facha*), além de haver fortificações castrejas nas localidades circunvizinhas. De referir ainda no concelho de *PONTE DO LIMA*, a *Torre de S. Paulo*, o *Paço da Glória* e o *Paço dos Marqueses de Ponte do Lima*.

O edifício antigo acastelado, de mais nomeada no concelho de *CAMINHA*, é seguramente a *Casa de Lanhelas*, solar medieval assente na orla do rio Minho, onde se elevam duas torres nos topos duma residência quinhentista e um terceiro torreão, mais atarracado, e construído ulteriormente numa brusca quebra de estilo; no portal de acesso, uma pedra de armas esquartelada: Vaz, Bacelar, Sá e Sotomaior.

No concelho de *VILA NOVA DE CERVEIRA*, na freguesia de *Reboreda*, a sólida *Torre de Penafiel*, antigo solar dos Ferreiras Lagos; na freguesia de *Covas*, vem imperando através dos tempos com sua fisionomia antiga, a *Casa de Covas* (séc. XVII), também conhecida por *Casa do Carboal*; moradia senhorial, armoriada, com invulgar pureza de linhas, ladeada por duas torres guarnecidas nos cantos com ornatos esféricos talhados em pedra.

No concelho de *PONTE DA BARCA*, enquadradas num cenário de beleza paisagística surpreendente, merecem atenção: — a *Torre de Quintela* (séc. XVI), na freguesia de *Nogueira*, dominando o pitoresco vale do Vade, tapetado de verdura; a *Torre Velha*, por detrás do Mosteiro de *Vila Nova de Muia* e a *Torre de S. Martinho de Crasto*, junto à Igreja do antigo Mosteiro crúzio; conserva o brasão de Araújos, Melos, Castros e Pereiras.

Distante dois quilómetros da fronteira, o *Castelo de Lindoso* (monumento nacional), alcandorado na eminência de um morro mamelado, não longe da Serra Amarela, e enfrentando a rústica e pastoril povoação de *Lindoso*, com o seu casario de pedra solta apinhado em «colmeia humana». A fundação do *Castelo*, embora erradamente atribuída a D. Dinis, em 1287, deve datar de época mais recuada, do reinado de D. Afonso II; portanto retrogradar aos princípios e não aos fins do século XIII, a dar crédito aos nossos antigos historiadores. De considerar que o Rei-Trovador promulgou mesmo uma lei contrariando as edificações afortalezadas «por serem focos de desordens entre fidalgos». O *Castelo de Lindoso* tem sofrido acréscimos e remodelações através dos tempos. Na torre e numa portada, a data de 1500, na janela do Sul, a de 1666 e numa porta do revelim, a de 1720. É de planta quase quadrangular; a «torre de menagem», está reforçada com balaustres; os panos das muralhas, reconstruídos no século XVIII, desmoronaram-se aos poucos; lanços de quadrelas, desapareceram e a torre central perdeu a forma primitiva, diminuindo em altura. Assim mesmo, pela sua



Paço da Gíela — Arcos de Valdevez

massa arquitectónica e efeito cenográfico, ornamentando a paisagem, é bem digno de ser defendido da incúria dos homens e do «implacável demolidor: o Tempo».

Cerca de dois quilómetros de *ARCOS DE VALDEVEZ*, na encosta dum monte quase fronteiro à vila, domina o *Paço de Giela*, preciosidade medieva. É constituído por dois corpos distintos, ambos denticulados de ameias: o torreão medieva (séc. XIV), da construção primitiva, e a residência paçã, de estrutura quinhentista. A torre, de planta quadrangular, é provida de seteiras e de um balcão de mata-cães. A residência senhorial, forma uma vasto rectângulo com quatro fachadas. Está arrimada ao torreão e tem um andar graciosamente rústico e acolhedor.

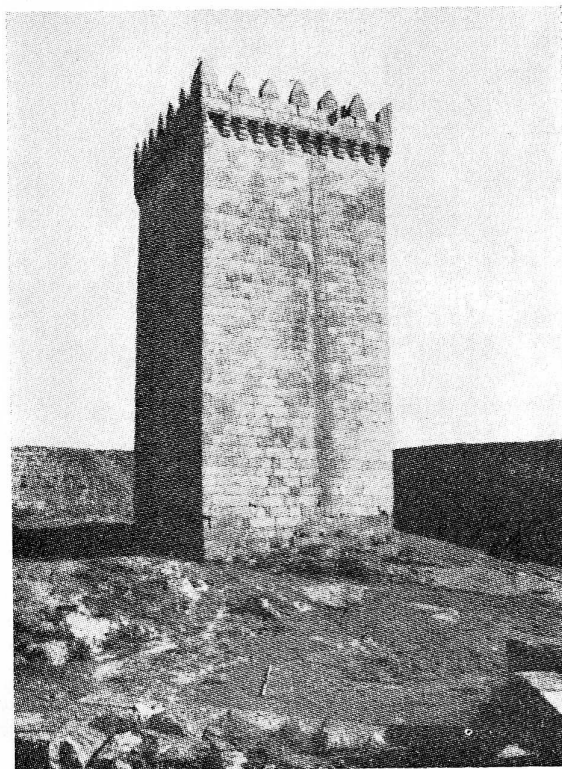
Valorizando a construção, de linhas simples, a portada de acesso, protegida por arco de volta redonda, sobre o qual poisa a varanda de sacada, trabalhada em cantaria. Nesta fachada, voltada ao Norte, rasgam-se duas janelas de estilo manuelino, intercaladas entre outras duas, de molduras lisas e linhas sóbrias, por certo de época posterior. A face oriental, tem duas janelas, sendo uma delas chanfrada e, no alto, quatro modilhões. Na fachada oposta, sobressai como primor arquitectónico, uma bem estilizada janela, curiosa pela sua decoração com cordame manuelino, encimada pelas pedras de armas dos Limas. Inferiormente e num recanto, uma acanhada porta ogival, com o limiar afastado do chão cerca de dois metros. O *Paço de Giela* (monumento nacional), teve, em 1662, importante função histórica quando o governador de armas de Castela, D. Baltazar de Roxas Pantoja, ali estabeleceu o seu quartel-general, numa enérgica ofensiva sobre o Minho. Ainda na paróquia de *Giela*, a *Casa do Requeijo*, residência palaciana setecentista (meados do séc. XVIII), com duas torres coroadas com ornatos escultóricos.

No perímetro de *ARCOS DE VALDEVEZ*, concelho aprazível, bafejado pela Natureza, prevalecem antigos solares com torreões ameados que pertenceram a famílias com títulos de nobreza, como a *Casa do Conde de Alto Mearim*. Nas freguesias suburbanas: — de *Padreiro (Salvador)*, a *Torre de Pintas*, reedificada ulteriormente, tendo sido alterado o recorte arcaico; na de *Grade*, a *Torre do Facho*; na de *S. Tomé de Aguiã*, a *Torre de Aguiã*, denticulada de ameias de ponta, construção de traça quinhentista, de planta quadrada, sendo o resto do edifício do século XVIII e, por último, a *Torre de Tóra* (séc. XV), na paróquia de *S. Pedro do Vale*, tendo sofrido alterações que não lhe alteraram o aspecto primitivo.

Mantém-se, digna da sua perspectiva histórica e estética, a *Torre da Silva*, na freguesia de *S. Julião da Silva*, concelho de *VALENÇA*. Vivenda senhoril, torreada, de fundação remotíssima (cerca de 1040), valiosa, pelo cariz que os séculos lhe imprimiram. A torre, nas suas linhas fortes conserva a expressão medieva.

Nas imediações de *S. Lourenço da Lapela*, a seis quilómetros de *MONÇÃO*, sede do concelho, ostenta-se aparatosamente a *Torre da Lapela* (monumento nacional). Imponente «torre de menagem» (séc. XII), encimada de ameias, restos de um derruído castelo afonsino. É de secção quadrangular e tem cerca de 70 metros de altura. Na face setentrional, rasga-se a porta em ogiva sobrepujada pelas armas de Portugal com onze castelos, e, da outra face, ressalta um balcão de cantaria. O interior do torreão mostra ter tido quatro pavimentos, além do térreo. Está implantada sobre áspero granito na orla esquerda do rio Minho, a poucos metros de um pequeno cais fluvial.

Na freguesia de *Barbeita*, eleva-se a *Torre da Casa Branca* ou do *Paço de Barbeita*, fundação de 1492; na paróquia de *Valadares*, a *Casa do Rosal* (séc. XVIII), com duas torres desiguais, mas com certa harmonia de linhas, ladeando o corpo central, mais baixo; na freguesia de *S. Miguel de Messegães*, a *Torre de Santo Antão*, que devia ter sido



Castelo Medieval — Melgaço

reedificada após a guerra da Aclamação. É ainda de referir o polígono provido de sólidos bastiões que cerca a Praça de *MONÇÃO*, conservando traços da sua grandeza extinta.

Como herança do longínquo passado, em *PAREDES DE COURA* é olhada com o respeito que lhe assiste, a *Torre de Quintela*, construção dos séculos XVII e XVIII, dos Pereiras de Vasconcelos Lacerda, com uma torre anexa de três pavimentos.

Emoldurada num dos trechos mais pitorescos da região minhota, a vila de *MELGAÇO* é uma valorosa sentinela de Portugal raiano. Bucolicamente banhada pelas águas do Minho e do Trancoso, seu casario foi-se erguendo em redor do *Castelo medieval* (séc. XII), com «torre de menagem» quadrangular erigida de renque de ameias, do topo da qual se desfruta um panorama encantador, abrangendo terras de Portugal e de Espanha. É rodeado por uma cortina de muralhas vigiadas por cubelos e assenta sobre cabeço rochoso. A sua fundação é atribuída a D. Sancho I, tendo sido as muralhas consolidadas no século XIII, no reinado de D. Afonso III, conforme o justifica a inscrição junto da porta ocidental; foram reforçadas no ano de 1640.

Manuel Monteiro, cujo labor científico no campo da Arqueologia é notável, refere-se ao *Castelo de Melgaço*, nestes termos:

«(...) A Nordeste circunscreve-se o reduto, em elipse, com o postigo para Nascente e fenestras para Sul. Ao centro a torre altaneira, austera de linhas, com a sua coroa de ameias dispostas no parapeito saliente, apoiado na cachorrada circundante; a porta recorta-se a Norte em arco de pleno cintro ocupado pelo dintel raso, que assenta em dois modilhões como nos pórticos das igrejas românicas...»

E, a concluir, estes elementos históricos:

«...Esta construção, produto duma arquitectura estável e definida, foi levantada no século XII por D. Pedro Pires, prior de Longos Valles, e restaurada mais tarde na cimalha. Continua como impávida e soberba atalaia multissecular que assistiu às façanhas bélicas no tempo de Mestre de Aviz e, inabalável no seu posto, não desistiu de servir ao repelão das hostes napoleónicas...»

O *Castelo de Melgaço* (monumento nacional), esteve por vezes exposto aos ataques dos Castelhanos nas lutas que asseguraram a nossa Independência e a delimitação da fronteira do Reino.

Rematemos este desordenado inventário, com uma nota apressada sobre o aguerrido *Castelo de Castro Laboreiro*, que se recorta cenograficamente no horizonte azul, a constituir pano de fundo à soberba paisagem castreja, agreste e fragosa, num dos limites extremos de *MELGAÇO*.

Ao Sul da serrana e recatada freguesia de *Castro Laboreiro* ou *Leboredo*, avulta sobranceiro como guarda senhorial do povoado, esta mole

de pedra de remota origem (séc. XIII). Por ser alicerçada sobre lapas graníticas, se lhe chamou *Castro Laporetum* (castelo penhascoso ou do penhasco), da palavra latina *lapis*, pedra. (Jaime Faria). É diferente a interpretação de J. Leite de Vasconcelos (*Rev. Lus.*, vol. XIX, pág. 271): «*Laboreiro*, de *leporarium*, lugar onde se criam lebres».

A título de relato histórico, respigamos o que Aníbal Rodrigues aponta no periódico «*A Voz do Minho*»: «(...) *Em 1136 foi este castelo visitado pela primeira vez por D. Afonso Henriques. Quando D. Afonso VII de Castela veio ao reencontro de Arcos de Valdevez, tomou essa fortaleza aos portugueses.. Em Abril de 1141 o nosso primeiro Rei retomou-o aos Castelhanos... Ocupou este castelo um papel importante na Independência da nossa Pátria, bem como nas guerras da Restauração. Sem guarnição e artilharia pesada até 1801.*»

* * *

As torres e os típicos solares palacianos fortaleizados, de singular interesse histórico-arquitectónico, mantêm na esbelteza e pujança das formas, uma tradição medieva. Subsistem, dispersos por toda a província do Minho e, pela sua variedade e riqueza, dão-lhe foros de região privilegiada.

Todos estes padrões, ricos de monumentalidade, bem merecem a atenção de estudiosos e os cuidados dos poderes públicos. Heranças legítimas dos nossos maiores, que importa resguardar com denodado brio, livrando-os de irrevogável perda ou aniquilamento.

